

ARBITRARIEDADE DA LÍNGUA EM SAUSSURE: DO MITO FREUDIANO AO REAL LACANIANO

Elisângela Ferreira Barreto

Diversas pesquisas em múltiplos campos do saber discutem o tema da linguagem, o que faz com que essa seja vista de maneiras variadas de acordo com cada saber. Este trabalho busca o diálogo entre Psicanálise e Linguística; para isso, enfatiza assim como Saussure, o objeto língua, porém com o olhar direcionado pela Psicanálise.

Saussure afirma que a língua é um sistema estruturado em uma cadeia de signos linguísticos, ou seja, a língua se organiza e se forma a partir do encontro entre significante e significado (signo linguístico) na articulação e encadeamento entre esses signos. “Poder-se-ia dizer que não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua vale dizer: um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas” (SAUSSURE, 1916/1995, p.18).

Lacan, ao falar de linguagem do inconsciente, não trata da língua como um sistema de signo do qual os linguistas se ocupam; fala de outra língua. A língua do inconsciente, ou seja, uma língua que é tudo que a língua defendida por Saussure como objeto de sua ciência não é. Lacan toca na questão de que a língua só pode apresentar-se a partir do uso que cada sujeito faz da linguagem; assim sendo, é na medida em que é afetado pela linguagem que o sujeito fala ou usa sua língua, afetada pelo impossível que lhe concerne, e que Lacan chamou de real: “o real, eu diria, é o mistério do corpo falante, é o mistério do inconsciente” (LACAN, 1972-73/1985, p. 178).

Como ponto balizador da discussão entre a “língua de Saussure” e a “língua de Lacan”, elegeu-se a arbitrariedade, fundamento da Linguística saussuriana, que servirá, ao longo deste trabalho, como fator provocador do diálogo proposto entre a Psicanálise lacaniana e a Linguística de Saussure a respeito das questões propostas: o mito saussuriano e o real lacaniano.

Essa escolha pela arbitrariedade se deu porque a Linguística estrutural responde à questão da origem das línguas com essa assertiva, afirmando ter toda língua o mesmo princípio da arbitrariedade, ou seja, a imotivação na união no interior e no exterior do signo. Porém, a Psicanálise defende a causalidade como um real de que se faz a língua e que está por trás da origem desta, que não é, como já foi afirmado, a língua sistêmica da Linguística estrutural.

É pensando nessas questões em que Psicanálise e Linguística se tocam, mas não se misturam, que propomos esta discussão. As relações entre Linguística e Psicanálise não são tão evidentes quanto parecem à primeira vista. Acreditamos, porém, que não se trata de descobrir essas relações,

como se já estivessem postas, escondidas como um tesouro esperando ser encontrado. É mais evidente construí-las, inventado artifícios teóricos fecundos à edificação de alicerces que promovam a Psicanálise e a Linguística, e as amparem em um novo campo onde poderão avançar.

A LINGÜÍSTICA DE SAUSSURE

Ferdinand Saussure, linguista genebrino, começou seu Curso de Linguística Geral na Universidade de Genebra, entre os anos de 1906 e 1911. Esse curso, depois da morte de Saussure, foi transformado em livro – conhecido pelas siglas CLG – por dois de seus discípulos: Charles Bally e Albert Sechehaye, contando com a colaboração das anotações de vários de seus alunos, e também algumas anotações do próprio Saussure.

Para a Linguística, o CLG foi um marco, garantindo definitivamente, após sua publicação, o lugar da Linguística como a ciência que trata dos fatos da língua, evidenciando, desse modo, qual o objeto dessa ciência. Segundo o pensamento de Benveniste, observado por Nóbrega,

Tudo em Lingüística, (...) procede da questão colocada por Saussure, no Curso de Lingüística Geral, sobre qual seria o objeto ao mesmo tempo integral e concreto desta ciência. A resposta a tal questão está na base das discussões em Lingüística, já que representou com Saussure, a caracterização do que se conhece por ciência Lingüística. (NÓBREGA, 2003, p. 157).

Abandonar a questão da origem das línguas a partir das comparações do passado foi um importante passo de Saussure para a Linguística, pois somente assim se tornou possível avançar nos fundamentos dessa ciência. Criou-se o conceito “a língua”, que se definiu como o objeto específico de seu estudo, pois, segundo o pensamento saussuriano, a Linguística não era reconhecida como ciência autônoma por não se deter metodologicamente em um objeto específico.

A importância teórica de eleger um objeto é definitiva para o estudo linguístico saussuriano. Determinando um objeto, Saussure também faz uma opção por um ponto de vista. Saussure (1916/1995, p. 16), com muita propriedade, adverte: “qualquer que seja o lado que se aborda a questão, em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da Lingüística. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências”.

Para Saussure “a língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação”. (1916/1995, p. 17). Para ele, a linguagem se constitui em unidades linguísticas e, a partir da língua, se organizam, constituindo sentidos. Assim, Saussure introduz a idéia de signo e sistema.

O SIGNO DE SAUSSURE

Saussure designa por signo linguístico a união positiva entre dois elementos: significado e significante – o significado indica o conceito e o significante a imagem acústica.

A noção a respeito do conceito de signo é descrita pelo próprio Saussure (SAUSSURE, 1916/1995, p. 80) como aquilo que une não um objeto a uma palavra, como poderíamos pensar grosso modo, mas um conceito e uma imagem acústica. E sobre essas entidades do signo, o linguista nos ensina que ambas as entidades são psíquicas, unidas em nossa mente através das associações.

O pensamento saussuriano fundamenta que significante e significado são indissociáveis, não havendo possibilidade de o signo existir na falta de um dos seus elementos. Embora ambos sendo importantes no interior do signo linguístico, guardam suas especificidades. “O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, 1916/1995, p. 80). Essa entidade psíquica constitui uma unidade com características peculiares e importantes. “A entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado; se se retiver apenas um desses elementos, ela se desvanece; em lugar de um objeto concreto, tem-se uma pura abstração” (SAUSSURE, 1916/1995, p. 119).

ARBITRARIEDADE DO SIGNO LINGUÍSTICO

A arbitrariedade é um princípio da teoria linguística saussuriana, que embasa seu pensamento e possibilita articulação dos conceitos entre si, e ainda promove o pensamento estrutural de Saussure que, embora não seja um estruturalista, esteve na vanguarda, inovando a maneira de pensar a organização de uma língua a partir do conceito de sistema. A base desse sistema, segundo Saussure, é a arbitrariedade, causa motivadora da origem dos signos e, conseqüentemente, do sistema linguístico:

[...] um contrato teria sido estabelecido entre os conceitos e as imagens acústicas – esse ato podemos imaginá-lo, mas jamais foi ele comprovado. A idéia de que as coisas poderiam ter ocorrido assim nos é sugerida por nosso sentimento bastante vivo do arbitrário do signo. (SAUSSURE, 1916/1995, p. 86).

A arbitrariedade fundamenta toda a estrutura da língua, distinguindo-a de maneira particular no campo da linguagem, pois, para Saussure, a arbitrariedade sustenta a criação das línguas a partir do consenso da coletividade, estabelecendo que, apesar do uso das línguas ocorrerem individualmente, a mudança no sistema linguístico jamais ocorrerá particularmente. Para Saussure, a arbitrariedade afeta o signo totalmente na relação estabelecida entre conceito e imagem acústica,

ou seja, significado e significante são constituídos de maneira arbitrária, o que quer dizer que não há relação preexistente entre eles; não há elo natural.

Esse princípio característico do signo saussuriano quebra definitivamente a idéia da língua como uma mera nomenclatura em que os significados estão fixos às coisas, sem a possibilidade de mudança comprometendo a transmissão desta. É a arbitrariedade que guarda a transmissibilidade da língua, pois, por causa da imotivação dos signos, a tradição mantém a sua existência e, dicotomicamente, unicamente por causa do signo não existir fora da arbitrariedade, somente o tempo pode transformá-lo. Aqui destacamos uma explicação de Saussure (SAUSSURE, 1916/1995, p. 83) sobre esse tema: “Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário”.

ARBITRARIEDADE OU CONTINGÊNCIA?

Milner afirma que o que estrutura a Linguística é ignorar o ponto de cessação que a língua tem, ou seja, o ponto de impossibilidade da língua. Impossibilidade, por exemplo, a respeito de saber da origem, da causa que afeta a linguagem e que conseqüentemente constitui uma língua.

A língua é não-toda: segue-se que alguma coisa não cessa de não se escrever aí, e em todas as formas discursivas relacionadas à alíngua, esta alguma coisa exerce uma ação. Para a Lingüística, a coisa é simples: trata-se de ignorar totalmente o ponto de cessação, e esta ignorância a estrutura. (MILNER, 1987, p. 25).

Para a Linguística, é prevista a impossibilidade de se apoderar da língua de maneira total e completa. Assim, portanto, não está prevista a impossibilidade no sistema de signos em sua tarefa de constituir a língua. Porém, para a Linguística, é o falante que tem a impossibilidade de abarcar toda a língua.

Nesse ponto é que sugerimos a possibilidade de diálogo e encontro entre Psicanálise e Linguística. No ponto em que se toca na questão da origem e da impossibilidade de se saber como uma língua se constitui. Esses pontos chamam a atenção para evidenciar que algo na língua, objeto escolhido por Saussure para formalizar a ciência linguística, pode faltar.

Como já abordamos anteriormente, é com o fundamento da arbitrariedade que a Linguística resolve esse impasse, pois, afirmando que a língua está submetida a uma lei que rege a interioridade dos signos e também as relações entre eles, o que se procede na origem das línguas é um simples encontro nos e entre os signos. E assim o arbitrário somente nomeia o encontro.

Por isso, elegemos a arbitrariedade como ponto articulador da discussão entre Psicanálise e Linguística. Assim, a arbitrariedade pode ser entendida como marco que separa o pensamento da Linguística meramente comparativa do pensamento da Linguística de Saussure, já que, ao abandonar as comparações históricas entre as línguas, a arbitrariedade ganha o papel fundamental, tornando-se a resposta à questão que intrigava os linguistas da época a respeito da origem e da formação de uma língua. Então, àquilo que é da origem de uma língua e não se pode saber, a Linguística de Saussure responde com a arbitrariedade.

Se para Saussure o signo linguístico, que estrutura todo sistema da língua, é arbitrário, para Lacan, a relação seria contingencial, ou seja, determinada pela emergência daquilo que causa cada sujeito, tendo relação diretamente particular com cada sujeito. Contingencial, pois acontece a partir de algo que afeta o sujeito. Essa é a questão crucial que propomos discutir entre Linguística e Psicanálise neste trabalho.

Jacques Lacan, leitor de Freud, pôde, em seu trabalho, causar o mesmo furor que Freud causou no início da Psicanálise. Lacan também leu Saussure, e desse encontro entre saberes tão diferentes, muito temos a aprender e a discutir. A teoria psicanalítica – que se volta ao sujeito e ao inconsciente, constituídos a partir da linguagem – e os estudos linguísticos saussurianos – campo da ciência que toma a língua como objeto – promovem um encontro delicado e peculiar que não parece estar pronto ou guardado. Não parece se tratar de um descobrir, mas de um construir, um criar a partir da trajetória que o próprio Lacan iniciou.

Milner, em seu livro *O Amor da Língua* de 1987, pontua que o termo **contingência** utilizado por Lacan no lugar de arbitrariedade não se trata apenas de um nome melhor para o encontro que constitui o signo e o sistema de signos, ou seja, para o conceito. Segundo Milner, o termo arbitrário não significa somente o contingente lacaniano, o acaso, mas também significa a própria recusa de saber adotada por Saussure. Ao dizer “[...] porque a questão da origem da linguagem não tem a importância [...]” Saussure (1916/1995, p. 86) resolve esse impasse com a recusa ao saber da origem. Recusa essa que proporciona um salto de avanço teórico, fundando a Linguística. Entretanto, é também por essa mesma recusa ao saber da origem, que o arbitrário propõe que, para a Linguística, resta um lugar de ignorância, como nos diz Milner:

O arbitrário recobre de maneira perfeitamente ajustada uma questão que não será colocada: o que é o signo, quando ele não é signo? O que é a língua, antes que ela seja a – Ou seja, a questão que se expressa corretamente em termos de origem. Dizer que o signo é arbitrário é afirmar em tese primitiva: 'há língua'. (MILNER, 1987, p. 38).

Mas o que se pode saber da origem de uma língua? Como se constituiu a língua que usamos? A genialidade de Saussure é exatamente inventar, a partir de um conceito, uma resposta fundamental para a ciência Linguística – *a língua é um sistema de signos arbitrários*.

Diante da muralha impossível de se transpor por meio dos estudos linguísticos, da gramática comparativa da época a respeito da origem das línguas, Saussure avança instituindo na origem de qualquer língua o fundamento da arbitrariedade.

Porém a Psicanálise quer saber da causa, o que origina a língua que usamos? Por que um sujeito usa as palavras de um modo completamente diferente do outro? Ou por que não é possível dizer de outro modo para determinado sujeito? Da língua que usamos somente na particularidade, é possível dizer como se constituiu; somente partindo do sujeito como referência pode-se chegar ao mito original que constitui a língua particular de cada um. É porque para a psicanálise o sujeito é um *parlêtre*: um ser que fala.

O que se pode compreender a respeito da fundação de cada sujeito no momento em que chega ao mundo banhado de linguagem? E ao falar constitui-se único? E ao mesmo tempo é com seu falar que firma laços com o mundo que o cerca? Somente é possível saber a partir dos arranjos particulares que se fez a partir do encontro traumático com a linguagem. Um saber que ganha o estatuto de verdade, mas nunca uma verdade completamente conhecida ou falada.

A verdade que se transmite a partir da palavra equivocada, do sintoma que organiza, do significante que funda, da letra que cifra. O pedaço de verdade que cada nome causa e revela. Como nos diz o poeta Manuel de Barros, “a palavra que eu uso me inclui nela”, ou ainda, “as palavras querem me ser” Não poderá haver palavras, significantes, sintagmas falados que não estejam carregados de sujeito.

Assim, responder à questão “arbitrariedade ou contingência” é muito mais que escolher uma melhor palavra, é tirar consequências da noção de inconsciente que, depois de descoberto por Freud, modifica o campo da linguagem humana definitivamente. Arbitrariedade ou contingência? Seria o mesmo que perguntar: do todo ao não-todo? Ou ainda, do campo da Linguística para o campo da Psicanálise?

O MITO NA PSICANÁLISE

Freud, em seu ensino, utilizou o recurso dos mitos muitas vezes para tratar do que toca a questão da lei e, conseqüentemente, tratar do que é do campo das representações simbólicas. Lacan (1973, p. 55) afirma que o mito é uma “tentativa de dar uma forma épica ao que se opera na estrutura” e ainda em outro momento diz: “miticamente – e é o que quer dizer mítica mente [...]” (LACAN, 1963/2005, p. 73), indicando que o mito é uma forma de dar tratamento ao insuportável do

real a partir da linguagem, e que o efeito disso se realiza da seguinte forma: dizendo pela metade a verdade, uma “*verdade semi-dita*”. Uma verdade inventada pelo mito.

O mito é então a passagem encontrada por Freud para tratar dessa hiância à qual Lacan se refere na única aula do seminário *Os Nomes-do-Pai*. A hiância que separa o simbólico do real, ou seja, o significante do gozo. E Freud o fez de maneira genial, abordando em seus dois mitos que tratam da questão do pai. De acordo com Quinet (2003), são duas versões, ambas indicativas à lei – *Totem e Tabu* (1912/1969), em que desenvolve uma verdade a respeito do gozo do pai, e *A dissolução do Complexo de Édipo* (1924/1969), texto em que constrói uma verdade a respeito do desejo do pai.

Em *Totem e Tabu*, o pai é aquele que goza todos os direitos, prazeres, satisfações; é o pai gozador, fora da lei e cujo fim foi ser assassinado pelos filhos, que instituíram em seu lugar a lei, representada simbolicamente pelo Totem. O desejo se constitui a partir da morte por assassinato do pai da horda com a introdução da falta (culpa), pois a morte do pai – que tinha acesso ao gozo com todas as mulheres, mãe e filhas – não introduz aos filhos o acesso ao gozo absoluto, pertencente ao pai, mas institui o desejo a partir da renúncia desse gozo por parte dos filhos.

No texto *A dissolução do Complexo de Édipo*, Freud, a partir da peça *Édipo Rei*, tragédia de Sófocles, encarna outra versão mítica relativa à lei e ao Pai. O pai do Édipo assassinado pelo filho permite o incesto, pois, com sua morte, não há interdição, e o filho pode gozar, desfrutando prazeres carnis com a própria mãe. No mito de Édipo, o desejo do sujeito se constitui através de uma lei que o incita a desejar o objeto proibido e interdito, ou seja, o objeto do desejo do pai. O objeto de gozo no mito edipiano aparece como aquilo de que gozaríamos se não houvesse o impedimento da lei do pai. Entretanto, ao conhecer sua origem – Édipo descobre que é filho do homem que assassinou e da mulher que possuiu – Édipo fura seus próprios olhos, indicando sua castração (no real) e seu vínculo incestuoso com a mãe.

Portanto, nos dois mitos utilizados por Freud, o que se repete não é o acesso incestuoso à mãe. Em *Totem e Tabu* isso não se dá, mas o parricídio. Nos dois mitos, é a partir do assassinato do pai que o gozo incestuoso é barrado e a lei instaurada. Lacan formula, a partir de sua leitura dos mitos freudianos, que o pai só entra em função se morto, ou seja, como função simbólica, indicando assim, pela figura do pai morto, que gozo e desejo podem se unir parcialmente, ou seja, se faz a partir da lei simbólica uma passagem.

Os mitos freudianos demonstram que o gozo absoluto experimentado unicamente pelo pai da horda é carregado por ele com a morte, indicando que o gozo que fica após a morte do pai será menor em relação ao gozo total e absoluto do pai. O mito freudiano ensina que há um impossível do gozo, o qual não se pode conhecer e, ao renunciá-lo, o sujeito pode ascender ao desejo.

Freud cria os mitos, que são histórias inventadas que ganham um valor de verdade, por isso funcionam. O mito freudiano recobre a falta de um sentido, como é o objetivo de todos os outros mitos, diante do que o homem não sabe, não conhece, cria um saber supondo uma verdade.

Em seus mitos, Freud faz do pai morto, simbólico, uma metáfora para tratar da questão da origem. No centro da teoria psicanalítica de Freud, o mito do pai, como senhor da lei, ou agente da castração, tampona outra questão, a impossibilidade que está para todos. O mito vela uma verdade sobre o pai, que é a castração desde a origem, ou seja, os mitos são recursos que inventamos frente à condição de sujeitos divididos, mascarando o que há de mais singular para qualquer sujeito: a castração.

O pai morto de Freud livra-se da castração, embora possa unir a lei e o desejo ou possa permitir a transmissão da castração e, assim, resguardado da impossibilidade, torna-se o único que teve acesso ao gozo impossível. Lacan trata de maneira diferente o complexo de Édipo. É no estatuto de metáfora que ele articula a questão paterna. O pai não é a causa da castração, mas uma explicação, uma metáfora, uma invenção para aplacar o não saber com respeito à origem. Assim se dá uma passagem entre a proibição e a impossibilidade, tendo como consequência uma lei impossível de escapar.

É nesse sentido que podemos afirmar que o caminho percorrido por Lacan, no que se refere à figura paterna e suas implicações, tem relação direta com o que está para além do pai. A questão que Lacan toca transforma-se em uma teoria da constituição do sujeito, sua causa e sua origem. A castração da qual Freud havia salvado o pai, para Lacan, passa a ser um dado estrutural inevitável, com o qual todo e qualquer sujeito terá tido que se haver em sua constituição, como efeito de sua entrada no mundo da linguagem. Mas para isso foi preciso matar o pai (no mito freudiano) ou em Lacan, se haver com o buraco do real.

Lacan propõe o pai não como causa do sujeito, mas como uma invenção, da qual o sujeito se serve como significante metafórico para operar com a falta irredutível do primeiro objeto, o objeto desejado, que está perdido desde sempre e, por isso, só resta como função do 'objeto a ', causa de desejo.

O pai lacaniano aparece como significante Nome-do-Pai, aquele que nomeia os objetos, fazendo-os existir no circuito do desejo. Não é a causa de si mesmo, mas o sujeito que, na tentativa de articular gozo e desejo, serve-se do 'objeto a ,' causa de desejo, cujos nomes são invenções de semblantes advindos do Nome-do-Pai.

A metáfora lacaniana da função paterna promove ao sujeito a ilusão de que os semblantes, constituídos a partir da linguagem, constituirão no sujeito o resto perdido que lhe falta. O curioso e paradoxal é que é justamente por que há esse resto que lhe falta que o sujeito pode estar na linguagem. Esse resto aparece no que não faz sentido, e apresenta-se como aquilo que insiste no

inconsciente e se repete.

É trilhando no caminho dessa formulação que Lacan estabelecerá o pai como operador estrutural. O princípio enigmático que aparece como ponto inicial, criador de todo o resto que sucede, carrega a verdade *semidita* da invenção mítica, inserindo cada ser falante na possibilidade de servir-se da linguagem.

O que há antes da palavra proferida que cria e nomeia fazendo existir o mundo? Não é possível saber. Assim Lacan nos diz que Deus é coisa do real. Pois Deus – que é Pai, metaforiza Lacan, não deu o Verbo, mas ensinou ao homem a nomear. É a função paterna que opera na estrutura a partir da entrada de cada sujeito na linguagem. É a lamparina que podemos suportar desse real. Entretanto, “o fogo é o real. O real põe fogo em tudo. [...] O real é para ser buscado do outro lado, do lado do zero absoluto” (LACAN, 1975-76/2007, p.117).

O lado do zero absoluto, o lado do fogo que ofusca os olhos e não pode ser enxergado, o lado do real, nos ensina Lacan, o lado que contém o antes do princípio. Do princípio de todas as coisas, de todos os nomes do mundo, da vida, da morte, da linguagem, da língua. O princípio que causou a origem. Desse real que “põe fogo em tudo” nos resta a lamparina que podemos suportar: a linguagem. “Não é fácil para mim impor-lhes essa convicção com todo o peso que ela tem. Ela me parece inevitável, uma vez que não há verdade possível como tal, exceto ao se esvaziar esse real. Aliás, a linguagem come o real” (LACAN, 1975-76/2007, p. 31).

Conforme já discutido, para Saussure, o princípio da arbitrariedade gera impasses e discussões entre os linguistas e psicanalistas. Àqueles que se debruçam na ousada articulação entre Psicanálise e Linguística não passa despercebida a profundidade inerente à crítica de Lacan a Saussure no que diz respeito à escolha da palavra “arbitrariedade” e a sugestão de Lacan do termo “contingência”.

É a respeito da língua que nos debruçamos, linguistas e psicanalistas. É a língua o material de articulação e divergências. A língua tomada como um campo coletivo, em que os laços sociais se organizam imaginariamente; a língua como o campo singular de emergência do sujeito do inconsciente. A língua marcada pelo impossível que contém.

Esse desenvolvimento teórico se justifica pelo interesse deste trabalho em discutir e voltarmos o olhar a um dos princípios fundamentais da Linguística saussuriana – a arbitrariedade. Em que lugar poderemos enxergá-la? O lugar sugerido é o de mito da causa da origem de uma língua.

Assim sendo, a arbitrariedade faz parte das invenções que usamos para nomear o inominável. É aquilo que não é possível escrever com um nome ou explicar sua origem, como, por exemplo: como se iniciaram as línguas? Qual foi a primeira língua? Como se dá a união entre significante e significado para que seja possível o desenvolvimento de um sistema de signos?

Saussure respondeu a essas questões com o fundamento da arbitrariedade. Ao real que causa a origem da linguagem, a Linguística estrutural chamou arbitrariedade.

Na psicanálise, a causa da linguagem é real. Na Linguística, a causa das formações dos signos é arbitrária. Lacan reformula: “melhor seria dizer contingente”. Contingente, categoria do real pode ou não acontecer, não é forçado, imposto ou necessário, marca uma possibilidade, porém sem certezas.

Para a Psicanálise, a causa não é mítica, é real; entretanto, tem uma dimensão de mito por ser essa uma forma possível de se dizer do que causou o sujeito no seu encontro com a verdade. Uma verdade do sujeito que implica uma ruptura radical entre o sujeito e o saber, ou, dito de outro modo, o sujeito nada sabe daquilo que o causa e por isso inventa um mito que diga sobre aquilo que não sabe. Lacan afirma, como dito anteriormente: “A linguagem come o real” (LACAN, 1975-76/2007, p. 85). É nesse “pedaço” de real, engolido pela linguagem e transformado em resto cifrado, o objeto *a*, que o mito individual de cada sujeito se sustenta como artifício. O mito consiste em uma invenção que funciona como possibilidade de ligar a hiância entre o simbólico da linguagem e o real do gozo. Uma verdade inventada que possibilita aos objetos terem nome.

A arbitrariedade, defendida pela Linguística saussuriana, portanto, está no campo das múltiplas invenções, uma maneira de dar nome à causa perdida da origem da língua, assim como outras origens que desconhecemos, e que inventamos verdades sobre elas, por exemplo: da vida, do sexo, da morte...

Saussure, ao inventar um fundamento a respeito da constituição de sistema linguístico, a partir do conceito da arbitrariedade (que já existia) criou um marco zero, um início, uma origem, a partir da qual foi possível constituir a ciência Linguística.

A arbitrariedade de Saussure demonstra ser uma invenção nesses parâmetros, pois para que fosse possível a ciência Linguística existir e prosseguir era necessário se fundamentar em uma verdade. Para Saussure, uma verdade absoluta? Não ousamos dizer que sim, pois ao descobrir os anagramas, vemos que Saussure indaga algo que está para além da imotivação defendida pela arbitrariedade. Haveria uma intencionalidade nas poesias escritas? Pergunta-se. Pergunta para a qual Saussure não obteve resposta.

Parece-nos claro que até mesmo o próprio Saussure, em determinado momento, como por exemplo, nos anagramas, duvidou de seu mito.

A partir da pesquisa teórica desenvolvida, cabe-nos tirar consequências que nos sirvam de produção de saber a respeito da interlocução entre Psicanálise e Linguística. Entre as consequências possíveis levantamos a seguinte: reconhecer a arbitrariedade como um nome no lugar da causa. É reconhecer que, para além do jogo simbólico, ou seja, na origem do par significante/significado, há um buraco que ex-siste a qualquer significação e não poderá ser comunicado, interpretado ou

articulado numa rede de significações. Um buraco na língua, que causa o modo de ser de cada sujeito, que não pode ser apreendido ou conhecido. E mais, um buraco que também aponta que na língua falta, não é possível dizer tudo, ou o que é dito não poderá ser feito de outra forma. Esse buraco insondável, impenetrável, jamais o dominaremos, porém poderá ter um nome, vários nomes; entre tantos, Saussure escolheu arbitrariedade.

Arbitrariedade como um nome da causa real é um saber-fazer, uma verdade fundamental, que, conforme todas as verdades, foi fabricada com a matéria-prima da ficção. Uma verdade inventada não a faz uma verdade “menor”, com “grau” diferente de verdade ou até mesmo uma mentira. A questão é outra: é que só pode haver verdade na ficção.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. de *Gramática expositiva do chão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- _____. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BARROS, R. do R. O pai velho e o pai novo. *Falasser*, n. 2, p. 13-30, 2007.
- _____. Anotações da conferência de abertura dos trabalhos de 2005 da EBP/PB.
- BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BOUQUET, S. ; ENGLER, R. *Ferdinand de Saussure*. Escritos de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 2002.
- FREUD, S. Projeto para uma Psicologia Científica. *IN: Obras Completas* v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras Completas* v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. Totem e tabu. *IN: Obras Completas* v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. A dissolução do complexo de Édipo. *IN: Obras Completas* v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- GONÇALVES, N. P. Nomear. In: *Opção Lacaniana, Gays em análise?*, n. 47, 2006.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1956.
- LACAN, J. Estágio do espelho como formador da função do eu, tal qual nos é revelada na experiência analítica. In: *Escrito*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1998. (1936).
- _____. Causalidade psíquica. In: *Escritos*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1998 (1946).
- _____. Radiofonia. In: *Outros Escritos*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2003 (1970).
- _____. Lituraterre. In: *Outros Escritos*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2003 (1971).
- _____. *O Triunfo da religião*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2005 (1974).
- _____. A terceira. *Intervenciones y Textos*, n. 2, 1993 (1975).
- MANDIL, R. *Os efeitos da letra*. Lacan leitor de Joyce. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ed. Contra Capa/Faculdade de Letras UFMG, 2003.

MILLER, J. A. *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987.

MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NÓBREGA, M. A releitura de Ferdinand de Saussure e a constituição do objeto da Lingüística. *Língua, Linguagens e Literatura*, v. 1, n. 1, p.157-168, 2003.

QUINET, A. O gozo, a lei e as versões do pai. In: GROENINGA, P. (org.). *Direito de família e psicanálise*, 2003.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995 (1916).

Elisângela Ferreira Barrêto é mestre em Letras e doutoranda em Letras na área de Linguagens e Cultura pela Universidade Federal da Paraíba. Suas áreas de atuação são: Psicologia, Psicanálise, Saúde Mental, Linguagem e Linguística. Atualmente atua na clínica psicanalítica privada em atendimentos individuais e supervisões de casos clínicos. elisaferreira2008@hotmail.com